



## ALVARÁ Nº 1.319, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102620 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASTER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.428.200/0001-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 474/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

## ALVARÁ Nº 1.324, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15322 - DPF/ARU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SUPORTE CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.894.429/0001-93, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
1 (uma) Espingarda calibre 12  
45000 (quarenta e cinco mil) Munições calibre 38  
1790 (uma mil e setecentas e noventa) Munições calibre 12  
8000 (oito mil) Espoletas calibre 38  
2000 (dois mil) Gramas de pólvora  
6000 (seis mil) Projéteis calibre 38  
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VAN GOGH SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 21.859.815/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 356/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

## ALVARÁ Nº 1.331, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/108284 - DPF/GOY/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VAN GOGH SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 21.859.815/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 356/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

## ALVARÁ Nº 1.332, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/1022 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RUBY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 23.541.357/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 475/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

## ALVARÁ Nº 1.334, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14754 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ÚNICA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.037.698/0001-08, sediada na Bahia, para adquirir:  
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
6 (seis) Revólveres calibre 38  
178 (cento e setenta e oito) Munições calibre 38  
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

## ALVARÁ Nº 1.345, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15219 - DPF/CAS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa DEFENSE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.564.814/0005-04, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:  
14196 (quatorze mil e cento e noventa e seis) Munições calibre 12

150000 (cento e cinquenta mil) Espoletas calibre 38  
30000 (trinta mil) Gramas de pólvora  
150000 (cento e cinquenta mil) Projéteis calibre 38  
15000 (quinze mil) Espoletas calibre .380  
15000 (quinze mil) Projéteis calibre .380  
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

## ALVARÁ Nº 1.351, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100676 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PROSPER GUARDA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 24.972.943/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 241/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO  
Substituto

## PORTARIA Nº 34.130, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08500.009100/2018-18-NAD/SELOG/SR/PF/SP, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento concedida à empresa POMPÊIA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº 10.679.984/0001-32, localizada no Estado de SÃO PAULO.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

## PORTARIA Nº 34.131, DE 2 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08255.306806/2016-02- DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar a Autorização de funcionamento concedida à empresa BRK - SEGURANÇA INTEGRADA LTDA, CNPJ/MF nº 10.014.549/0001-99, localizada no Estado da BAHIA.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

## Ministério Público da União

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

## PROCURADORIA-GERAL

## PORTARIA Nº 315, DE 7 DE MARÇO DE 20018

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 91, inciso XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20.5.1993, considerando a necessidade de redistribuição temporária de ofícios no âmbito do Ministério Público do Trabalho, conforme o artigo 12 do Ato conjunto PGR/CASMPU Nº 1/2014, e a Portaria PGT nº 246, de 12.4.2016, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União de 14.4.2016, resolve:

Art. 1º Prorrogar, pelo período de 1 (um) ano o prazo estabelecido na Portaria PGT nº 489.2017, publicada seção 1, do Diário Oficial da União de 5.4.2017, que prorrogou a redistribuição temporária do 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Limoeiro do Norte/CE para a sede da Procuradoria Regional do trabalho da 7ª Região em Fortaleza/CE.

RONALDO CURADO FLEURY

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL  
E TERRITÓRIOS

## RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 2, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, através de seus Núcleos de Direitos Humanos e de suas Promotorias de Justiça Militar, no exercício das funções institucionais de que tratam os artigos 127, 129, incisos II, III e VII, da Constituição Federal, e o artigo 5º, inciso I, alínea "h", II, alínea "e", III, alínea "e", e V, alínea "b", o artigo 6º, incisos VII, alíneas "a" e "d", XX, e o artigo 9º, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93, resolvem expedir Recomendação Conjunta n. 02/2018 ao Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal para que retifique o Edital nº 21-DGP/PMDF, de 24 de janeiro de 2018, de forma a retirar o limite de 50 (cinquenta) vagas às candidatas do sexo feminino, a estipular reserva de 20% de vagas a candidatos negros e pardos, nos moldes do preconizado pela Lei. nº Federal nº 12.990/2014, e a inserir a Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha no item 2.3 do rol de conhecimentos específicos exigidos para os cargos de praças policiais militares combatentes.

LIZ-ELAINE DE SILVÉRIO E O. MENDES  
Promotora de Justiça

NÍSIO E. TOSTES RIBEIRO FILHO  
Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça Militar

AMOM ALBERNAZ PIRES  
Promotor de Justiça

THIAGO ANDRÉ PIEROBOM DE ÁVILA  
Promotor de Justiça

## Poder Judiciário

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

## CORREGEDORIA-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO  
DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

## ATO ORDINATÓRIO DE 8 DE MARÇO DE 2018

Nos termos da Portaria CJF-PCG-2017/00009, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2017, Seção I, página 91, esta secretaria intimou as partes e os advogados dos processos abaixo indicados, para que efetuassem o cadastramento no sistema eproc, implantado na TNU em 17 de julho do corrente ano.

Apesar de os advogados terem cadastro no eproc, verificou-se que se encontram sem validação, portanto faz-se necessário a tomada das seguintes providências:

a) Com certificado digital: validação será realizada no próprio sistema pelo advogado, dispensado o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal (§6º da Portaria);

b) Sem certificado digital: faz-se necessário o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal, munidos de identificação profissional, para posterior validação pela Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Provimento 15/2014 do Conselho da Justiça Federal (§7º da Portaria).

Pelo exposto, ficam as partes e os advogados intimados, para que efetuem, nos termos acima, a validação do cadastro no sistema eproc, no prazo de 15(quinze) dias, para efetivação das intimações e de eventuais atos processuais.

Endereço de acesso ao sistema:  
https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc

Contatos da secretaria da TNU: email - turma.uniformi@cjf.jus.br, tel: 61-30227300/7310/7320.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:  
PROCESSO: 0513797-95.2016.4.05.8100  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO

SOCIAL - INSS  
PROC./ADV.:  
REQUERIDO: MARINA SAVIA GERMANO MAIA  
PROC./ADV.: PAULO ANDRE ALBUQUERQUE  
BEZERRA - CE015491

PROCESSO: 0502657-22.2016.4.05.8308  
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA

UNIÃO  
PROC./ADV.:  
REQUERIDO: MARIO VIVAS DE SOUZA DURANDO  
PROC./ADV.: MAIRA CAVALCANTI COELHO -

BA045757  
PROCESSO: 0050864-04.2010.4.01.3500  
REQUERENTE: UNIVERSIDADE FEDERAL DE

GOIAS  
PROC./ADV.:  
REQUERIDO: MARILDA CARDOSO SANTOS  
PROC./ADV.: ALEXANDRE IUNES MACHADO -

GO1727500  
PROCESSO: 0046995-37.2013.4.01.3400  
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL